CDD:

CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO. OS CAPUCHINHOS "ENTRE" OS "SELVAGENS" DO ARAGUAIA E TOCANTINS

Odair Giraldin[1]

RESUMO – Este artigo trata das relações entre o povo indígena Karajá-Xambioá e o Frei Capuchinho Savino de Rimini, que chegou na região do baixo Araguaia em 1870, designado para dirigir o aldeamento dos Xambioá. Frei Savino de Rimini foi protagonista de um trágico episódio marcante de sua vida missionária, por causa de um suposto roubo de sal da Empresa de Navegação do Araguaia e Tocantins. Juntamente com onze homens armados, ele foi até uma aldeia, chefiada pelo Xambioá de nome "Deriodó", tentando resolver a questão do sal. Dos conflitos que se seguiram, cerca de trinta Xambioá morreram, deixando diversas outras pessoas feridas.

PALAVRAS-CHAVES – Karajá-Xambioá; Missionários Capuchinhos; Conflitos inter-étnicos; História Indígena.

ABSTRACT – This article deals with the relationships among Karajá-Xambioá indigenous people and Frei Capuchinho Savino de Rimini, who arrived in the area of low Araguaia in 1870s for conducting the aldeamento of Xambioá. Rimini was the protagonist of an outstanding episode in their missionary experience due to a supposed steal of salt of the Company of Navigation of Araguaia and Tocantins. He went to a village with eleven armed men. It was directed by the Xambioá, named "Deriodó". Rimini tried to solve the problem of the salt. About thirty indigenous people dead because the conflicts that ocurred. Besides, many ones were hurt.

KEY-WORDS – Karajá-Xambioá; Missionaries Capuchinhos; inter-ethnic Conflicts; Indigenous History.

[1] Graduado em História, Mestre em Antropologia Social e Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. É professor do curso de História na Universidade do Tocantins (UNITINS), Campus de Porto Nacional (giraldin@unitins.br) e do Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP (giraldin@ulbra-to.br).

INTRODUÇÃO

É lugar comum, entre os cientistas sociais de senso crítico, que os "500 Anos" do Brasil significaram, à maioria da população indígena e também àquela de origem africana, meio milênio de exploração, opressão, repressão, intolerância. Passado este transcurso, a situação de exclusão, infelizmente, não se restringe apenas aos grupos mencionados acima, mas a situação de desigualdade se estende as outras parcelas da sociedade brasileira, independente de sua origem étnica.

A história da "convivência" entre povos indígenas e não-indígenas, no Brasil, mostra que, à medida que aumentou a presença dos grupos não-indígenas, diminuiu cada vez mais a população indígena. Vale ressaltar que a sua redução quantitativa está numa relação diretamente proporcional à perda de acervo cultural; quanto mais os povos indígenas tiveram declínio populacional, mais aspectos das suas culturas também deixaram de existir. A lista destes povos e dos aspectos culturais destruídos nestes quinhentos anos de conquista européia extrapola os limites deste trabalho.

Meu objetivo, aqui, é tratar de um destes casos que tem como conseqüência um processo de depopulação e transformações culturais intensas que levaram ao abandono de aspectos identitários centrais. Refiro-me ao caso dos Karajá-Xambioá, um dos três sub-grupos dos Karajá (os demais são os Karajá e os Karajá-Javaé) que habitam as margens do rio Araguaia, ao norte da ilha do Bananal. Pelas informações mais recentes, os Xambioá vivem em duas aldeias, com uma população de aproximadamente 180 pessoas, ocupando uma área demarcada de 3.537 há; nos municípios de Santa Fé e Xambioá, no Estado do Tocantins, fronteira com o Mato Grosso e Pará (Barroso s/d). Nos anos de 1990, momento em que se iniciou uma atuação mais sistemática na área de educação, a partir da introdução da escola bilíngüe (seguindo a determinação da Constituição Federal de 1988), verificou-se que somente os mais velhos sabiam falar o dialeto Karajá-Xambioá. Os

mais jovens já haviam abandonado a sua língua e, conseqüentemente, diversos aspectos de sua cultura. A partir daí, algumas famílias Karajá e Karajá-Javaé, da Ilha do Bananal, mudaram-se para as aldeias Xambioá com o objetivo de ajudar os velhos a ensinar, aos mais jovens, sua língua.

Nesta perspectiva, pode-se perguntar: quais foram os processos que os levaram ao abandono de um aspecto central da cultura, como sua língua? A resposta a esta pergunta exige certamente um estudo mais profundo, sobretudo com dados etnográficos possíveis a partir de trabalho de campo. Vou apresentar, aqui, baseado em fontes documentais, informações de um episódio que pode ter contribuído para esta história trágica dos Karajá-Xambioá: um massacre ocorrido em 1873, realizado por um grupo de onze homens, comandados pelo missionário capuchinho Savino de Rimini.

Antes, porém, vejamos algumas informações sobre a política indigenista do século XIX e a história da ocupação da região das margens dos rios Tocantins e Araguaia.

POLÍTICA INDIGENISTA NO SÉCULO XIX

O início do século XIX teve como um ponto marcante, na política indigenista, o retrocesso provocado pelas ações propostas pelas Cartas Régias assinadas pelo príncipe regente D. João, logo após chegar ao Brasil. Visando promover a ocupação das terras às margens do rio Doce, na capitania de Minas Gerais, D. João declarou guerra ofensiva aos Botocudos, em 13/05/1808 (Carneiro da Cunha, 1992:57-60). Concedia privilégios aos moradores (como terras e isenção de impostos sobre comercialização de mercadorias) e permitia também a escravização dos índios que fossem aprisionados na guerra. Em 05/11/1808, outra Carta Régia, de teor semelhante, declarava guerra aos grupos indígenas de Guarapuava, atualmente no Estado do Paraná (Carneiro da Cunha, 1992:64). Para ocupar as margens do rio

Tocantins, D. João estendeu, em 05/09/1811, os mesmos privilégios dados aos moradores da capitania de Minas Gerais, àqueles que fossem viver nas margens do rio (Carneiro da Cunha, 1992:79-80).

Com a independência do Brasil em 1822, nenhuma política indigenista foi proposta. Tanto é assim que a Constituição de 1824 sequer menciona a existência de grupos indígenas no Brasil. A própria legislação que permitia a escravização dos índios somente foi abolida pelo Decreto da Assembléia Geral Legislativa de 27/10/1831 (Carneiro da Cunha, 1992:137).

A descentralização administrativa do Brasil, promovida pelo Ato Adicional de 1834, concedeu às Assembléias Provinciais poderes para legislar sobre a questão indígena. Com isso, sem uma política indigenista do Império, o corpo de leis a que todos recorriam para tratar da questão indígena eram as determinações do Diretório Pombalino. Estas, entretanto, eram legislações que privilegiavam a administração secular da questão indígena, de acordo com a visão iluminista. No século XIX, porém, começava a se estabelecer o binômio *catequese e civilização*, aceitando-se a tese de que a vida em sociedade (civilização) dependia da vivência religiosa (via catequese). No Brasil esta mudança ocorreu principalmente após a ascensão de D. Pedro II à condição de Imperador, centralizando o poder na corte em detrimento das províncias. É naquele contexto que se entende a vinda de missionários capuchinhos para o Brasil (conforme veremos adiante), com a incumbência de tratar da catequese para promover a civilização dos povos indígenas. Em 21/06/1843, pelo Decreto 285 (Carneiro da Cunha, 1992:185-186) a Assembléia Geral Legislativa autorizava o governo a trazer aqueles missionários para o Brasil. Dois anos depois foi estabelecido o Decreto 426 (conhecido como *Regulamentos das Missões*), que passou a regulamentar a c*atequese e civilização dos índios* (Carneiro da Cunha, 1992:191-199). Essa legislação perduraria por todo o Segundo Império.

OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO ARAGUAIA

Para tentar evitar o contrabando de ouro, no século XVIII a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins fora proibida pela coroa portuguesa, pois naquele período, entre 1720 e 1770, a capitania de Goiás viveu o período áureo da mineração. Isto fez com que a ocupação não-indígena das margens do rio Araguaia somente ocorresse, ainda que de maneira irregular, a partir da segunda metade do século XVIII. Até o final daquele século, apenas um aldeamento (Nova Beira em 1774) fora criado na parte sul da Ilha do Bananal para tentar "pacificar" os Karajá e Javaé (Karasch, 1992:400).

Com o declínio da mineração, a interdição da navegação foi suspensa. O governo colonial passou então a incentivar a navegação por aqueles rios, visando promover o comércio com Belém do Pará. Para isso, patrocinou viagens exploratórias, sobretudo pelo Araguaia, pois este rio oferecia a possibilidade de ligar a capital da capitania (Goiás) com Belém (Doles, 1973).

No início do século XIX, a viagem pelo Araguaia até Belém, entretanto, enfrentava uma região muito extensa e não ocupada pelos não-índios, o que se tornava um problema de falta de apoio para a navegação. Para resolve-lo, o governo da capitania decidiu criar, em 1812, um presídio militar ao norte da Ilha do Bananal, denominado Santa Maria. Menos de um ano depois, o presídio foi atacado e destruído pelos Karajá (Karasch, 1992:402).

Esta falta de apoio logístico para a navegação pelo Araguaia, levou a uma ênfase maior na navegação pelo Tocantins. Para isso, na década de 1840 foram levados para a região, diversos missionários capuchinhos com a função de realizar a catequese e civilização dos povos indígenas.

Para realizar a ação missionária entre os povos indígenas de Goiás, estavam Frei Rafael de Taggia (entre os Krahô, em Pedro Afonso), Frei Segismundo de Taggia (entre os Karajá e Xavante), Frei Antônio

de Ganges (entre os Xerente em Piabanha [atual Tocantínia]), Frei Francisco do Monte São Vítor (entre os Apinaje em Boa Vista [atual Tocantinópolis]) e Frei Savino de Rimini (entre os Karajá-Xambioá).

Ainda como estratégia para possibilitar a navegação, foram construídos presídios militares na margem esquerda do rio Tocantins. Entre 1854 e 1855 fundaram-se os presídios de Santo Antonio, Santa Cruz e Santa Bárbara[2].

No final da década de 1850 e início da seguinte, novas tentativas foram feitas para ocupar as margens do Araguaia. Em 1859, como forma de incentivo à navegação e ao comércio, o governo da província de Goiás decidiu recriar o presídio de Santa Maria. Para dirigi-lo, deslocou o Frei Francisco do Monte São Vitor de sua missão em Boa Vista, para a região.[3] Mas o povo Kayapó não estava disposto a aceitar essa situação e atacaram o presídio, matando duas pessoas e destruindo-o outra vez. Frei Francisco conseguiu se salvar fugindo e se escondendo na floresta.[4] No final de 1861, nova tentativa foi feita, construindo-se um presídio mais ao norte. Desta feita o empreendimento obteve sucesso, criando-se finalmente o presídio de Santa Maria, do qual se originou a atual cidade de Araguacema.[5]

Neste período, mais precisamente no ano de 1868, o General Couto de Magalhães, um entusiasta da navegação pelo Araguaia, promoveu a formação de uma companhia de navegação e comércio

---

[2] Para melhores informações sobre a política indigenista em Goiás no século XIX, e sobre os Presídios Militares, veja Rocha (1988).

[3] *A Frei Francisco do Monte S. Vito, approvando a deliberação q. o m.mo tomou de ir embarcado até o lugar em q. deve ser restabelecido o Presidio de S. Maria do Araguaia. 13 de Abril de 1859.* Arquivo Histórico de Goiás. Livro 358 - Correspondência dos Presídios 1859-1863, p. 7

[4] *Dando providência acerca das irrupções dos Cayapós em S. Ma. Do Araguaya. 16 de Janeiro de 1861.* Arquivo Histórico de Goiás. Livro 358 - Correspondência dos Presídios 1859-1863, pp. 66-66v

[5] Apesar do sucesso, o novo presídio foi atacado novamente nas noites de 12 e 13 de outubro de 1862. Arquivo Histórico de Goiás. Livro 358 - Correspondência dos Presídios 1859-1863, p. 173.

pelo Tocantins e Araguaia. Com o capital inicial da companhia, comprou um barco a vapor da Companhia de Navegação do Alto Paraguai, desmontou-o e o transportou do rio Paraguai para o Araguaia (Doles, 1973:91). Montou estaleiro no rio Vermelho, em Goiás, no qual remontou o vapor, rebatizado com o nome de Araguayanerú-assú (Doles, 1973:41), e passou a realizar viagens pelo Araguaia até Belém. A partir do início da década de 1870, foi que de fato as viagens passaram a acontecer e já podiam contar com o apoio do presido de Santa Maria e com a madeira fornecida pelos Karajá da Ilha do Bananal. Dentro desta política de ocupar as margens do rio e ter na população indígena mão-de-obra para trabalhar na navegação e no fornecimento de apoio, em 1871 foi criado o Colégio Isabel, para preparar crianças indígenas para as atividades da navegação (Doles, 1973:110).

Tendo o Frei Francisco de Monte São Vitor, conseguido estabelecer relações amistosas com os Kayapó e os Karajá, o presídio de Santa Maria do Araguaia prosperou. Porém com o envelhecimento de Frei Francisco do Monte São Vitor, foi enviado para auxilia-lo o Frei Savino de Rimini, que tinha também a missão de catequizar os Karajá-Xambioá, habitantes ao norte de Santa Maria, que atacavam barcos que navegavam pelo Araguaia.[6] Para tanto, foi criado o aldeamento Xambioá e o frei Savino nomeado para dirigi-lo.

SAVINO DE RIMINI, ENTRE OS "SELVAGENS" DO ARAGUAIA

Em meados do século XIX, os missionários, e talvez a grande maioria da sociedade, estavam convictos de que a humanidade estava dividida em dois grupos: de um lado, os selvagens; de outro, os civilizados. Além disso, os missionários acreditavam que os povos que viviam, de acordo com tal sistema classificatório, no "estágio" da selvageria, eram pessoas infelizes (Rocha, 1988); o que significa dizer

[6] Livro 406 – Correspondência da Presidência para os Presídios. 1864-1872, p. 49.

que a forma adequada à sociabilidade, somente seria realizada no "estágio" da "civilização", à qual se associava a felicidade. Além da infelicidade, o proposto "estágio selvagem" da sociedade era marcado também pela "ferocidade". Enfim, considerava-se que a vida dos povos "não-civilizados" era na selva – como os animais –, considerando-os, portanto, selvagens e ferozes – como as feras –. Cabia, então, aos religiosos a missão "humanitária" de tirá-los desta vida "selvagem", "feroz" e "infeliz". Por isso, associava-se civilização à catequese. Através da catequese religiosa seria possível atrair os "selvagens" à "civilização" e a uma vida mais "feliz".[7]

Pode-se ter uma referência das idéias mencionadas anteriormente, nos escritos do próprio Savino de Rimini no momento em que menciona o seu encontro com os Xambioá. O missionário estava viajando pelo rio Araguaia, em direção a cidade de Boa Vista, quando, no Natal de 1869, Savino de Rimini, decidiu celebrar uma missa em plena barranca daquele rio. Durante esta celebração, os Xambioá atravessaram o rio de canoa e foram observar a comitiva. O missionário afirma ter percebido que aquele era o momento para começar a cuidar daquele "povere infelici" (Rimini, 1925:96).[8]

O grupo de Xambioá, chefiado pelo cacique Deriodó[9], chegou em atitude amistosa. Deriodó estava acompanhado por sua família e aproximou-se do missionário levando-lhe, como presente, um cesto com dois camaleões e quatro peixes jaraqui, grandes. Mesmo neste contexto que indicava claramente uma atitude de aproximação amistosa, evidenciada pela presença de mulheres e crianças, havendo mesmo

---

[7] Segundo Amoroso (1998: 104), os Capuchinhos acreditavam também em três idéias básicas sobre os índios: (a) na premissa da incapacidade intelectual dos índios para a aprendizagem; (b) na constatação da irredutibilidade dos índios (sua incapacidade para mudanças); (c) que o estágio de selvageria não permitiria o aprendizado, mas apenas a imitação.

[8] Agradeço a colaboração da Dra. Mary Karasch por haver conseguido localizar, nos Estados Unidos, este precioso relato, do qual enviou-me uma cópia.

[9] Este nome está grafado assim nos documentos da época. Deve se referir, provavelmente, a Deridu, um termo karajá para designar um cargo de chefia tradicional (Lima Filho, 1994:126).

Deriodó afirmado que estava ali como amigo, ainda assim, Savino de Rimini os considerava como “feroci Selvaggi” (Idem).

Savino de Rimini se autodefiniu como tendo um caráter “ardente” (Rimini, 1925:1). Ele chegou em Goiás em 1869, designado para auxiliar outro missionário - o Frei Francisco de Monte São Vítor - que havia sido transferido de Boa Vista para o Presídio de Santa Maria do Araguaia. Este presídio fora fundado com o objetivo de controlar a ameaça apresentada pelos índios Karajá e Mebengôkré (Kayapó) à navegação do rio Araguaia, no momento em que ocorria a criação da Companhia de Navegação daquele rio, pelo General Couto de Magalhães. Para implementar a navegação, naquele rio, havia a necessidade de controlar a população indígena que vivia tradicionalmente às suas margens. Uma vez que aqueles grupos Karajá e Mebengôkré (Kayapó) não ameaçavam mais a navegação, Couto de Magalhães transferiu o Frei Savino de Rimini, e o nomeou para a missão de aldear os Xambioá. A partir deste momento, se criou o aldeamento dos Xambioá. Entre o assentamento da missão (chamado de aldeamento, mas que não reunia ali os moradores indígenas) e a primeira aldeia Xambioá, foi instalado o Presídio de São José dos Martírios, que era um posto militar fundado com um número efetivo de quarenta militares para controlar os Karajá-Xambioá.

Depois de haver mantido contato com os Karajá-Xambioá, tendo visitado uma de suas aldeias, na qual fora bem recebido, Frei Savino de Rimini acabou por participar do episódio que marcou sua passagem naquela região.

O “ROUBO” DO SAL

A Companhia de Navegação Fluvial do Araguaia transportava, periodicamente, carregamentos de sal de Belém para Goiás. Numa destas viagens, uma embarcação sofreu avarias na passagem pela cachoeira de São Miguel. Na impossibilidade de ela ser consertada e

seguir viagem, o sal foi desembarcado numa praia da *ilha do campo*, ficando sob responsabilidade do religioso Savino de Rimini.

Passados dois meses, havendo principiado a estação seca, provavelmente no final do mês de junho de 1873, um grupo de Xambioá, chefiado pelo cacique Uryá[10], aportou na Missão, de passagem já que estavam numa expedição de caça e pesca. Quatro dias depois de descerem o rio, o padre observou uma embarcação subindo o Araguaia, passando pela margem oposta àquela onde estava a Missão. Ele suspeitou que poderia ser os Xambioá, mas o que mais o intrigou foi o fato de haverem retornado tão rapidamente da expedição. Desconfiou, dessa maneira, que eles teriam roubado o sal. Mandou quatro homens verificarem o depósito. Estes constataram que, de fato, parte do sal havia desaparecido. Além disso, os sacos que restaram, teriam sido jogados dentro do rio. Frei Savino de Rimini refletiu que, uma vez que os Xambioá não eram habituados a consumir sal, provavelmente deviam ter "roubado" para vender ou trocar com alguém.

Imediatamente, o Frei decidiu recuperar o sal supostamente roubado. Para tanto, deliberou ir até a aldeia acompanhado de um tenente, quatro soldados e mais seis civis, todos armados e municiados com cinqüenta cartuchos de bala cada um. Dirigiram-se, primeiramente, ao Presídio, convidando o seu comandante para acompanhá-los na expedição, que tentaria recuperar o sal. O comandante argumentou que, por algumas sacas de sal, não iria colocar em risco a vida dos seus soldados. A partir da recusa do comandante, o Frei suspeitou que havia cumplicidade entre os Xambioá (os quais ele suspeitava serem os autores do roubo) e os habitantes do Presídio (que teriam comprado o sal dos Xambioá).

---

[10] A grafia "Uryá" é escrita aqui da mesma forma como aparece nos documentos da época. Deve se referir, provavelmente, a Urihã. Segundo Kurikalá, professor da aldeia Kurehe (uma das aldeias Xambioá), este é um nome pessoal ainda presente no acervo de nomes pessoais, atualmente utilizados pelos Karajá.

AS VERSÕES DO MASSACRE

Há três versões contadas pelo capuchinho para o que aconteceu depois. A primeira delas, está presente nos documentos escritos por ele no calor dos acontecimentos. Em correspondência enviada do Aldeamento Xambioá, em Agosto de 1873, Frei Savino de Rimini conta que ele foi até a aldeia e questionou o cacique Deriodó sobre o suposto roubo de sal. Como o cacique negou a autoria, Savino decidiu abandonar a aldeia e voltar ao aldeamento. No caminho, seus companheiros começaram a falar que Deriodó estava enganando o padre. Os "homens" do Frei acreditavam que o Xambioá estava mentindo. Influenciado por estas opiniões, Frei Savino de Rimini volta à aldeia. Quando os habitantes deste local viram que os "*tori*" estavam retornando, pressentiram que se tratava de uma ação bélica; daí começaram os conflitos. A partir destas informações, Frei Savino conta que "*graças a Divina Providência não tive de lastimar entre minha pera gente, nem um so ferido, e dos Indios regulo uns 30 mortos, e outros tantos feridos*".[11]

Uma segunda versão dos acontecimentos foi contada pelo próprio punho do religioso (escrita muitos anos depois pelo Frei, já na Itália, e publicada em seu livro **Tra i Salvaggi dell'Araguaya**). Frei Savino de Rimini seguiu, durante a noite, até a aldeia, chegando nela ao amanhecer, quando ainda estava escuro. Ao se aproximar, percebeu que os Xambioá estavam em 'festa' - realizando algum cerimonial -, cantando e dançando no pátio. No momento que perceberam a presença das duas canoas, todos na aldeia correram gritando: "*tori*" "*tori*" (não-índios). Savino de Rimini e seus homens não desembarcaram. Antes, dois homens Xambioá foram de canoa até onde eles estavam. Frei Savino de Rimini disse, então, que gostaria de falar com Deriodó. Um dos homens da canoa afirma ser o cacique Deriodó. Mas, ainda segundo

[11] Arquivo dos Capuchinhos da custódia do RJ. Séc. XIX. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – USP. Microfilme 3, fotograma 849. Agradeço a Dra. Marta Rosa Amoroso a indicação desta documentação, assim como ao seu esforço para que eu pudesse ter uma cópia.

o Frei, Deriodó disse que não era para eles permanecerem na sua aldeia, que deveriam voltar para onde estavam. Vendo que não poderia desembarcar, Frei Savino questiona Deriodó pelo roubo do sal. Este afirma não saber do fato, atacando-o, ainda segundo o missionário, com uma borduna pequena que trazia na canoa. Esquivando-se, Frei Savino de Rimini entra em luta corporal com o cacique. Um dos homens do Frei arma-se com um facão e golpeia Deriodó, pelas costas, na altura dos rins. Em seguida, quebra-lhe a espinha dorsal com uma pancada. Deriodó caiu ficando pendurado na canoa.

Os guerreiros da aldeia, ao perceberem que Deriodó havia sido morto, armaram-se para atacar o Frei e sua comitiva. Savino de Rimini ordenou aos seus homens que disparassem. Os soldados e os à paisana dispararam duas descargas de fuzil. Os Xambioá recuaram. Savino de Rimini ordenou, então, que seus "homens" saíssem e procurassem pelo sal roubado. Eles andaram pelas casas da aldeia e, todavia, nada encontraram. Os Xambioá organizaram-se dividindo suas forças por terra e por água, para impedir a fuga dos atacantes. A luta recomeçou e permaneceu por mais de seis horas. Segundo o Frei "*dei selvaggi ne caderro fulminatti parechi; ma non ci fu dato di saperne il numero* [dez selvagens caíram fulminados parece; mas não foi dado saber o número](p. 146). Entre os soldados, "*noi uscimmo prodigiosamente illesi; nessun morto dei nostri, nessun ferito*...[nós saímos prodigiosamente ilesos; nenhum morto entre nós, nenhum ferido] (idem).

A terceira versão consta nos autos do processo que foi movido pela justiça da Cidade de Goiás (então capital da Província) contra Frei Savino e suas companheiros, conforme veremos a seguir.

A REPERCUSSÃO DO MASSACRE DOS XAMBIOÁ

Após os acontecimentos, a justiça da Cidade de Goyaz moveu um processo-crime contra o Frei, além dos praças e os à paisana que participaram do massacre.

Durante o julgamento, realizado sem a presença de júri popular, Frei Savino assumiu toda a responsabilidade sobre o episódio. Alegou perante a corte que ele e seus homens haviam agido em legítima defesa. Foram ouvidas cinco testemunhas, sendo que nenhuma delas era Karajá-Xambioá. Somente uma das testemunhas afirmou que três índios haviam sido mortos. Para os demais, apenas o chefe Deriodó fora morto. A maioria das testemunhas, afirmou que o golpe desferido contra Deriodó fora desfechado por um criminoso (Joaquim Florentino) que cumpria sua pena no "desterro" do aldeamento dirigido por Frei Savino. Na ocasião do processo, todas as testemunhas afirmaram que Joaquim já havia morrido.

Uma testemunha (Augusto Alves de Castro, 23 anos) foi questionada sobre a razão pela qual Frei Savino havia anunciado o grande número de mortos (perto de 30). Ele respondeu que os soldados costumavam usar a tática de exagerar para aumentar a sua proeza. Questionado sobre o mesmo assunto, Frei Savino respondeu que este número, de 30 mortos, fora dado por seus soldados e que ele não vira exatamente o que aconteceu no episódio, pois havia ficado longe dos acontecimentos. Alegando falta de provas e havendo demonstração de que Frei Savino não tivera parte na morte de Deriodó, o juiz julgou improcedente a denúncia contra o religioso, declarando-o, assim, inocente.

Apesar dos fatos ocorridos, Frei Savino de Rimini voltou ao aldeamento dos Xambioá. Permaneceu ali por mais algum tempo, transferindo-se, em 1878[12], para a recente vila de São Vicente (atual Araguatins). Dali, Savino de Rimini transferiu-se à cidade de Lençóis (São Paulo) voltando, no final da vida, para a Itália, vindo a falecer na cidade de Fasso, em 1918 (Primério, 1942: 299).

---

[12] Ofício do Presidente da Província ao Diretor Geral dos Índios de Goiás em 1881. AHE-GO. "Correspondência do Presidente da Província relativa à catequese dos índios 1878-1885". Livro 645, pp 31v.

Na documentação oficial da Província de Goiás, daquele período, encontram-se poucas informações sobre este massacre, como são os documentos da Diretoria Geral dos Índios. Nos Relatórios de Presidente de Província, apenas um parágrafo, no Relatório de 1874, menciona, superficialmente, o acontecimento.

Houve certa repercussão na imprensa da época, como a divulgação na Revista "Semana Ilustrada" de um desenho sobre o massacre, conforme pode se visto na imagem acima.

Na "história oficial" dos Capuchinhos, o livro **Capuchinhos em Terra de Santa Cruz**, reina apenas um silêncio de cumplicidade. Nenhuma palavra sobre este episódio macabro protagonizado por aquele que foi chamado de "Missionário de destaque" pelo autor (Primério, 1942:296).

Fonte: *Revista Semana Ilustrada, nº 239*. Arquivo da Biblioteca Mario de Andrade, São Paulo. Seção Multimeios.

Entre os Xambioá... Bem, ainda não temos condições de verificar todas as conseqüências deste episódio (isto, como afirmei no início, depende de mais pesquisas)[13]. No entanto, algumas informações documentais, daquele período, indicam que logo em seguida os Xambioá passaram a intensificar ataques aos barcos que navegavam pelo Araguaia. Assim é que, em janeiro de 1875, o Presidente da Província, Antero Cícero de Assis, comunicou ao Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que os Xambioá haviam atacado uma canoa com habitantes do Presídio de São José dos Martírios, matando toda a tripulação. Logo em seguida, os Xambioá dirigiram-se ao Presídio, atacando e matando todas as pessoas do local: quatro praças, uma mulher e duas crianças.[14]

CONCLUSÃO

Assim, após mais de cem anos deste acontecimento, ao refletirmos sobre os 500 anos passados de História do Brasil, bem como o futuro da nossa sociedade, faz-se necessário (e diria mesmo que se faz imprescindível) uma reflexão sobre a história da relação da sociedade não-indígena com os povos indígenas. Entretanto, há a necessidade de uma reflexão crítica que compreenda tanto as relações ocorridas no passado, quanto aquelas que estamos vivendo no presente, para melhor prepararmos uma convivência futura verdadeiramente pluriétnica e multicultural.

---

[13] Através de um contato com os professores indígenas das aldeias Xambioá (Kurikalá, Kuraha e Eva), pude perceber que eles nunca ouviram falar na história daquele massacre.

[14] Ofício do Presidente da Província – Antero Cícero de Assis - ao Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. AHE-GO "Correspondências da Presidência com o Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas 1873 – 1877". Livro 532, pp 41-41v.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOROSO, Marta Rosa (1998) – "Mudança de Hábito. Catequese e educação para os índios nos aldeamentos capuchinhos". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, nº. 37, junho de 1988:101-114.

BARROSO, Lidia Soraya Liberato (s/d) – Os Povos Indígenas do Tocantins. Mimeo

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (1992) – Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação 1808-1889. SP, Edusp / Comissão Pró-Índio.

DOLES, Dalísia (1973) - Navegação pelo Araguaia e Tocantins. Goiânia, Ed. Oriente

KARASCH, Mary (1992) – "Catequese e cativeiro. Política indigenista em Goiás 1780 – 1889". In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras / Secretária Municipal da Cultura / FAPESP, p. 397-413.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira (1994) - Hetohok?. Um rito Karajá. Goiânia, Editora da UCG.

PRIMÉRIO, P. Frei Fidélis M. de (1942) – Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos Séculos XVII, XVIII e XIX. Apontamentos Históricos. s/editora; s/local.

RIMINI, P. Savino (1925) – Tra i Selvaggi dell'Araguaya. Memorie Illustrate dei miei 29 anni de Missioni. Ancona, Scuola Tipographica Francescana.

ROCHA, Leandro Mendes (1988) – "Os Missionários em Goiás no Século XIX". Ministério do Interior – Funai – Coleção Cocar, nº. 1, pp. 61-86.